

# Jaques Wagner não deve assumir a Serin

Apesar de especulações, petista deve permanecer na pasta de Desenvolvimento Econômico

ROMULO FARO  
REPÓRTER

Tudo indica que não se confirmará mais uma vez a nova onda (mais forte nos bastidores) para que o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Jaques Wagner, assumira a Secretaria das Relações Institucionais (Serin), pasta responsável pela articulação política do governador Rui Costa (PT) com aliados de modo geral. Sob forte protesto explícito e implícito, o deputado federal licenciado Josias Gomes (PT) vai conseguindo se manter no comando da secretaria. Uma fonte próxima de Wagner garante à *Tribuna* que o ex-governador continuará ajudando na articulação do Executivo com os aliados, sobretudo com os deputados, mas não vai assumir o lugar de Josias Gomes. "Sem chance de isso acontecer. Wagner continuará ajudando o governo, mas ficará exatamente onde está", diz a fonte.

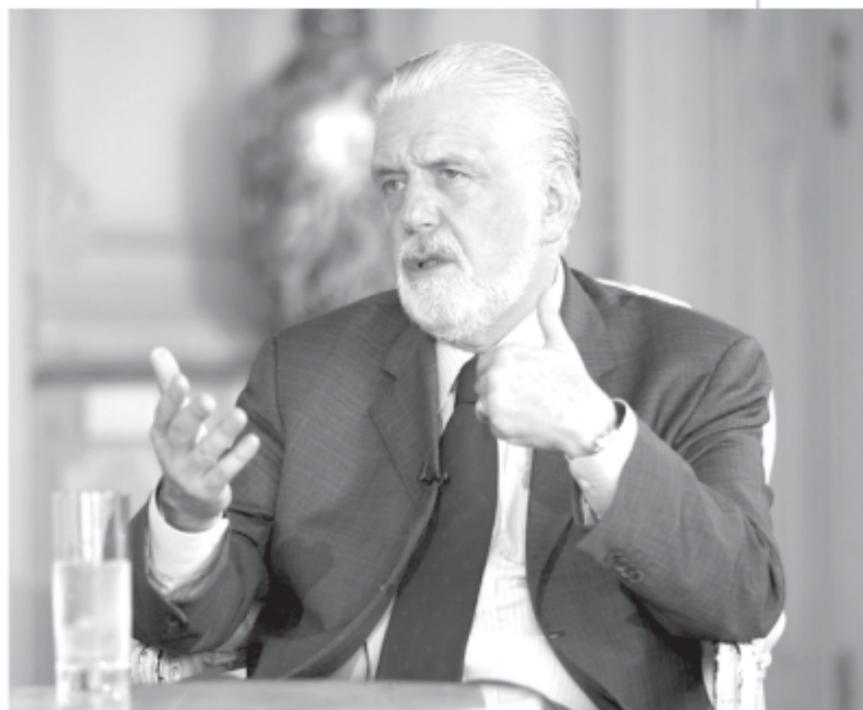
Em entrevista à *Tribuna*, o líder da bancada do governo na Assembleia Legislativa da Bahia, deputado estadual Zé Neto (PT), voltou a minimizar a insatisfação dos aliados com Josias, e disse também que não tem conhecimento da suposta articulação para Jaques Wagner assumir a Secretaria das Relações Institucionais. "Wagner já faz um papel relevante de aconselhamento, de ajudar e de articular o governo com o Legislativo em momentos de decisão, principalmente nos mais tensos. Não sei nada sobre isso. A Serin é uma secretaria espinhosa, principalmente em tempo de crise como agora. Já fui titular da Serin e também sofri com isso", afirmou o deputado Zé Neto.

O líder governista garante que Rui Costa está conseguindo apurar as arestas com os aliados, principalmente no que se refere ao pagamento das emendas impositivas, o que rendeu paralisação das votações no plenário da Assembleia Legislativa, e insatis-

fação generalizada entre os parlamentares (até mesmo entre os da base de apoio ao governo).

"O governo é muito bem avaliado em nível nacional por continuar com investimentos em momento de crise. Mas a crise atrapalha. Já tivemos momentos e avaliações melhores. Essa coisa de Josias sempre acontece, mas já aconteceu com secretários também. Não é uma coisa com a pessoa de Josias Gomes. O problema não é ele. Já começamos a vislumbrar um momento melhor para os servidores públicos. Como líder do governo, digo que Josias tem sido um companheiro muito importante. Enxugamos cargos de confiança, isso gera tensão com aliados. Isso é natural. O governador tem conseguido cuidar bem da base. E quanto a Wagner, ele não precisa de secretaria para ajudar".

Um líder partidário da base disse em off à *Tribuna*, porém, que a permanência de Josias Gomes envolve muito mais do que apenas a conjuntura da política baiana. "Josias é homem forte do PT em nível nacional. Ele é da turma que comanda mesmo o PT, da turma de Zé Dirceu e cia. Se tirem ele da Serin, é capaz até de Rui ficar sem legenda para disputar a reeleição em 2018", disse.



UMA fonte próxima de Wagner garante à *Tribuna* que o ex-governador continuará ajudando na articulação do Executivo com os aliados

## Deputado defende ajustes em comunicação

Em nova entrevista à *Tribuna*, o presidente do PDT na Bahia, deputado federal Félix Mendonça Jr., voltou a dizer que seu partido e os demais aliados continuam cobrando solução do governo no trato com parlamentares de todo o estado, e também das lideranças do interior do estado. "A comunicação do governo com os deputados e com os demais aliados continua do mesmo

jeito. Não mudou nada", afirmou Félix Jr.

O líder pedetista chegou a sugerir há duas semanas que o partido entregue ao governador Rui Costa os cargos dos quais dispõe na máquina estadual. Segundo ele, contudo, o diretório estadual do PDT ainda não se reuniu para deliberar sobre sua sugestão. O encontro deve acontecer nos próximos dias.

A atuação de Josias Gomes na Serin é alvo de críticas pesadas desde o início do governo Rui, e ele se mantém no cargo entre tempestades mais intensas e um pouco amenas. Mas a expectativa é de que ele só deixará a secretaria no período de desincompatibilização do cargo para poder disputar as eleições de 2018, quando tentará se reeleger deputado federal. (RF)

## OAB suspende 91 advogados por inadimplência

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

A seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA) divulgou uma lista com 91 filiados punidos pelo não pagamento da anuidade da classe. Os advogados ficarão proibidos de exercerem a advocacia por 30 dias. "Ficam os referidos advogados intimados a devolverem, no prazo de quarenta e oito horas, à Secretaria do Conselho Pleno desta Seccional a sua carteira de identidade profissional", frisa um dos editais publicados no Diário da Justiça. A Ordem informou que as sanções foram aplicadas pelas cinco turmas do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) em julgamentos havidos em suas sessões mensais, não se tratando de mutirão, esforço concentrado ou qualquer outra medida especial. A ação, no entanto, foi duramente criticada por Saul Quadros, ex-presidente da OAB-BA, que fez duras críticas à atual admi-

nistração.

"Achei isso um absurdo. Isso é um desrespeito à advocacia. A Ordem está se especializando neste tipo de coisa. Se essas pessoas foram suspensas, porque foram processadas, tem gente que está falecida aí há algum tempo nessa lista", afirmou à *Tribuna*. Para exemplificar, Saul afirmou que o advogado Tercio Pinheiro Lins Junior, que consta na lista mesmo já falecido. "Esse pessoal não tem o mínimo cuidado. O que a gente vê é que a administração da Ordem está cada dia pior, cada dia mais contraditória", completou.

Em nota, a OAB informou que as críticas do ex-presidente "às medidas adotadas não procedem e causam surpresa, principalmente porque todos os processos disciplinares que resultaram nas suspensões publicadas hoje foram instaurados nos anos de 2008, 2010 e 2011, ou seja, na gestão do próprio ex-presidente Saul Quadros". "A

OAB-BA deu ampla divulgação ao programa, avisando os advogados diretamente por e-mail, SMS, carta com aviso de recebimento e pela publicação de editais em jornais de Salvador. Fixação de cartazes em locais de grande circulação de advogados, anúncios em sites [...]", diz o texto.

Procurado pela *Tribuna*, o presidente da seção baiana, Luiz Viana Queiroz, afirmou que Saul Quadros deveria ter informado a Ordem que os advogados que teriam falecido. "Não fui eu que mandei a lista para publicação, foi o presidente do Tribunal de Ética, assinado pela vice-presidente. Tem uma autonomia administrativa e funcional importante em relação a mim", justificou. O Presidente do Tribunal de Ética, Waldir Santos, reforçou que os processos foram abertos na gestão de Saul. "Esses processos foram abertos pelo doutor Saul Quadros. E cabe a nós dar prosseguimento e colocar em pauta", disse.



ORDEM afirmou que avisou os advogados sobre a medida

## Oposição na Câmara de Salvador aciona o MP-BA contra projeto de desafetação

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O bloco da oposição na Câmara Municipal de Salvador (CMS) decidiu não apresentar emendas ao projeto de desafetação de 32 terrenos Executivos Municipais. Ontem, os vereadores entraram com uma representação no Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) solicitando apuração mais rigorosa do texto. O líder da oposição na Câmara de Vereadores, José Trindade (PSL), afirmou que o projeto, que deve ser assistido pela promotora Rita Tourinho, "precisa de acompanhamento" e que nasceu com "vários vícios", uma vez que não apresenta estudos urbanísticos.

"A gente está questionando a forma como ele foi feito. É um projeto que não apresenta nenhum estudo urbanístico e que não estabelece para onde vai o recurso após a desafetação. Deixa várias situações em aberto. É claro que a Prefeitura vai verificar um ou dois projetos e vão retirá-los, mas só isso não resolve. Porque é um projeto que já nasceu com um vício processual. Você tem que explicar para onde vão esses recursos", afirmou Trindade à *Tribuna*.

Já a vereadora Marta Rodrigues (PT) disse que o único objetivo dos

edís governistas é tentar aprovar o projeto. "A ausência de informação impossibilita à população de fazer o julgamento da subtração desse patrimônio público do município. Não podemos simplesmente entregar áreas públicas sem sabermos o que será feito com elas, por quanto serão vendidos e qual o retorno a população vai ter", apontou Marta.

Os terrenos são localizados em bairros como Sussuarana, Graças, Piaçã e Stella Maris, além de três salas na Ladeira de São Bento, no Centro. Vereadores que apoiam a medida afirmam que esses imóveis foram invadidos e muitos estão sendo usados por particulares sem au-

torização. Alguns possuem construções, invasões e negociações de venda. Já outras localizações são áreas verdes e institucionais.

O líder da base na Câmara, vereador Henrique Carballal (PV), rebateu os argumentos da oposição. "Eu fico entristecido de ver que as prerrogativas deles enquanto vereadores, eleitos pelo povo, estão preferindo ir para o Ministério Público. É o único comentário que eu posso ter. A prerrogativa de votar a favor ou contra é dada ao povo pelos vereadores. Se eles procuram o MP para se representar, eles estão abrindo mão da prerrogativa deles enquanto vereadores", disparou à *Tribuna*.

## Vereadores aprovam Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018

Em sessão ordinária realizada ontem, a Câmara Municipal de Salvador aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que prevê R\$ 6,9 bilhões destinados ao exercício da prefeitura em 2018. O Projeto de Lei nº 279/17 teve 26 votos favoráveis em plenário, ante nove contrários e uma abstenção, após duas rodadas de discussão.

"A LDO é um projeto fundamental para a cidade, porque garante

que todos os projetos que a prefeitura enviou para cá, a exemplo do Revitalizar, Salvador 360 e outros que estão previstos, tenham os encaminhamentos garantidos", comemorou o líder da bancada do governo, vereador Henrique Carballal (PV). A vereadora Aladilce Souza (PCdoB) e o vereador Hilton Coelho (PSOL) declararam os votos contrários.

Entre os argumentos, a rejei-



APESAR de ajustes, minoria diz que projeto deixa questões em aberto; governistas rebatem

ção a emendas apresentadas pela oposição, incluindo o que previa o reajuste anual dos servidores públicos. A destinação de R\$ 512 milhões para o BRT e a não concordância com o Plano Plurianual (PPA) foram questionados pela vereadora Marta Rodrigues (PT) e o vereador Edvaldo Brito (PSD), respectivamente. O vereador Moisés Rocha (PT) se absteve da votação.